



FL. 131

2019.12.09

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA Nº 12 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 09 DEZEMBRO DE 2019**

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

- António Luís Carrapa Sarmento; José António Amaro Nunes; João Miguel Oliveira Sarmento; Liliana Matias Soares; Liliana Luísa Dias Monteiro; Tiago José Gomes Ildefonso; Pompeu Ventura Sorrilha; Domingos Almeida Pereira Vingadas e Luís Carlos Ramos Machado.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Balduino do Carmo Fonseca, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; Rui Fernando Guedes Raimundo e Manuel do Carmo Ferreira.

Não compareceram os membros Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite, Sara Maria Paiva da Guia e Carlos Alberto Moura Cabral.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, não tendo comparecido o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Técnica Superior, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por cumprimentar os membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, e todos os cidadãos presentes, tendo saudado de forma especial a Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra, desejando-lhe muita força e coragem para enfrentar a luta em termos de saúde, que tem vindo a travar.

Aproveitou para chamar a atenção do público para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata nº 11 da sessão ordinária de 27.09.2019;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: informações.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Municipal, e do mapa de pessoal para o ano de 2020;

2. Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de € 400.000,00, no período de vigência do orçamento para 2020;

3. Discussão e votação da proposta de fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos, respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020, e redução desta taxa nos casos de prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo;

4. Discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Tarouca, a arrecadar em 2021, referente aos rendimentos de 2020;

5. Discussão e votação do pedido de autorização para assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência de abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no Concelho de Tarouca";

6. Discussão e votação do pedido de autorização para assunção do compromisso plurianual inerente à reprogramação do contrato de adjudicação da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)";

7. Discussão e votação da proposta de 4ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019;

8. Designação de 4 pessoas de entre cidadãos eleitores para integrarem a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Tarouca;

9. Apreciação da informação respeitante aos apoios concedidos às freguesias no período de 01.01.2019 a 25.11.2019

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

10. Apreciação da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 18.09.2019 a 26.11.2019;

11. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2.º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 11 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27.09.2019

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número onze da sessão ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da ata número onze da sessão ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: INFORMAÇÕES

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por ler em voz alta o ofício remetido pelo membro Carlos Alberto Moura Cabral, datado de dois de dezembro corrente, no qual comunica a sua renúncia ao mandato, por ter deixado de ser militante do CDS-PP, não se sentindo, por isso, de bem com a sua consciência se continuasse a ser membro deste órgão, manifestando o seu orgulho por ter pertencido ao mesmo durante dez anos. Este ofício será arquivado sob o número vinte e seis, do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

Lamentou a decisão tomada por aquele membro, tendo agradecido todas as suas intervenções e trabalho enquanto membro desta Assembleia Municipal, sempre em prol de Tarouca e das suas gentes.

Referiu ainda que, nos termos da lei, irá proceder-se à sua substituição, convocando-se para a próxima sessão o eleito que se seguir na ordem da lista do CDS/PP, uma vez que não foi possível convocá-lo para esta sessão, dado esta comunicação ter sido apenas recebida no final da semana passada.

Informou ainda que foram apresentadas justificações escritas de falta a esta sessão pelos membros Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite e Sara Maria Paiva da Guia, as quais foram aceites pela Mesa e serão arquivadas sob os números vinte e

sete e vinte e oito do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

De seguida, deu conhecimento da correspondência recebida, a qual está disponível para consulta por qualquer membro:

- Associação Intergeracional Elas - convite para a Noite de Gala e Concurso de Arte e Moda;
- Museu Diocesano de Lamego - Convite para a IX Edição do Dia Nacional dos Bens Culturais da Igreja sob a temática "O Destino das Pedras";
- Associação Sociocultural de S. João de Tarouca - convite para o almoço/convívio do magusto;
- Associação Portuguesa de Management - convite para o evento "A Valorização do Território: A Economia Circular na Economia Social";
- Freguesia de Salzedas - Convite para a cerimónia de inauguração do Largo do Cimo do Povo
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca - convite para o 45º aniversário da Associação;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca - convite para o Dia Internacional da Convenção sobre os Direitos da Criança;
- Associação Flor do Sabugueiro - convite para o almoço de Natal;
- Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - Convite para o III Sarau Inclusivo;
- Museu Diocesano de Lamego - Convite para a apresentação do livro "Caminhando com Dom António Francisco dos Santos";
- Associação S. João de Tarouca - convite para o convívio de Natal;
- Sport Clube de Tarouca - convite para o convívio de Natal;
- XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Presidente da Assembleia da República convida para a Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos - 10 de dezembro de 2019 - Salão Nobre da Assembleia da República.

Passou-se de seguida ao

1º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o Município António Ribeiro de Almeida tendo iniciado por agradecer o convite que é habitual receber para estar presente nas sessões deste órgão.

Salientou o facto de ter sido aprovado o tarifário social para os idosos relativo ao abastecimento de água, tendo solicitado ao Senhor Presidente da Câmara que, através das Juntas de Freguesia, ou dos serviços da Câmara Municipal, arranje uma forma de alertar as pessoas para requererem esse benefício dentro do prazo, pois há muitos idosos que não sabem ler e a quem seria muito útil obterem esse desconto.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Referiu que ao passar em Tarouca sente-se que é Natal, nomeadamente, com o presépio em movimento, com as rotundas enfeitadas, as montras, etc. Fez uma comparação entre a época do Natal na sua infância, num tempo em que não havia água canalizada, nem luz elétrica, muito menos computadores, mas que se vivia o Natal com muita felicidade e amizade entre todos, com a época atual, em que, ao contrário, há de tudo, mas há muita infelicidade nas pessoas, o que lamentou. Fez ainda uma reflexão sobre um problema que entende que a todos deve fazer refletir, designadamente, sobre a diminuição da população do Concelho, tendo feito uma comparação entre Tarouca de há 70 anos atrás e a atualidade, em termos de número de jovens, salientando que, enquanto as empresas e os serviços não vierem para o Interior, não há forma de resolver esse problema.

Concluiu desejando a todos um Bom Natal e que consigam a concretização dos seus sonhos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao munícipe António Ribeiro de Almeida os votos que endereçou a todos os presentes e a reflexão que fez sobre uma realidade que a todos preocupa, e deve fazer refletir, para que se tentem encontrar soluções que a minimize. De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara em resposta disse que irá transmitir aos serviços a preocupação sobre a questão colocada.

Disse que registou com agrado a forma emotiva como falou do tempo de Natal da sua época e da demografia do Concelho, cuja diminuição é uma preocupação constante também do Executivo. Referiu que as grandes cidades, ao contrário do interior, vêm-se com o problema do aumento da população, o que também é motivo de preocupação para elas. Considera que é urgente que o Governo Central tome medidas para alterar de alguma forma esta situação.

Concluiu desejando-lhe um Santo e Feliz Natal, com muita saúde.

Terminado o primeiro momento do período de intervenção do público, passou-se à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Salientou o evento "Trail do Sino e da Castanha", que teve lugar em Granja Nova, no passado dia dezassete de novembro, com a participação de cerca de trezentos atletas, o que entende que foi uma marca notável para a primeira edição desta

prova. Agradeceu à Associação Vale Varosa, que, em colaboração com a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, organizou o evento. Referiu que foi um grande orgulho ver tanta gente a deslocar-se à sua freguesia, porque, apesar de não terem monumentos históricos de vulto, têm outras valias que também devem ser promovidas, esperando que numa segunda edição possam aumentar o número de participantes.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Em relação à renúncia ao mandato do membro Carlos Alberto Moura Cabral, disse que, embora não concorde com o argumento apresentado, respeita a sua decisão, a qual lamenta, porque entende que é uma perda para este órgão, uma vez que contribuía para as discussões dos assuntos de forma elevada.

Acerca da reflexão feita pelo Município António Ribeiro de Almeida disse que reflete um problema de todo o Interior, entendendo que não há vontade política do Governo Central para resolver o problema da demografia no Interior. Por outro lado, considera que o Interior não deve ser tratado todo de igual forma, pois, por exemplo, Viseu não pode ser tratado de forma igual a Tarouca, desejando que apareçam políticos que se preocupem menos com os votos nas eleições e mais com as pessoas do Interior. Referiu que, apesar de Tarouca ainda não ser dos Concelhos da região com maior diminuição de população, também já tem aldeias a ficarem desertas.

Felicitou o Executivo pelo espírito de Natal que se vive em Tarouca e pelo evento que decorreu no passado sábado, em Alcáçima, que teve a visita de grande quantidade de pessoas à Aldeia Natal, tendo sido um dia extraordinário.

- **João Miguel Oliveira Sarmento** - Referiu que, no passado dia um de dezembro, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca festejou o seu quadragésimo quinto aniversário, e que, enquanto bombeiro voluntário, ficou triste por não ver todos os Presidentes de Junta de Freguesia representados na cerimónia, uma vez que é uma causa maior que merece a presença de todos.

Deu os parabéns ao Executivo pela dinamização das ruas da cidade nesta época natalícia.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que não podia deixar de manifestar a sua surpresa com a renúncia ao mandato do membro Carlos Alberto Moura Cabral, lamentando que o tenha feito, pois entende que poderia continuar a defender os interesses dos tarouquenses, apesar das suas discórdias com o partido.

Relativamente à intervenção do município António Ribeiro de Almeida, disse que na sua opinião têm sido fustigados ao longo dos anos com políticas do Governo Central que fazem com que as pessoas não se fixem no interior, sendo, por isso, muito difícil aos governos locais contrariar a tendência nacional, não se prevendo melhorias. Disse ainda



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, não podemos ser otimistas em relação à população do Concelho, pois, nos últimos dez anos, temos vindo a perder bastante, tendo apresentado alguns dados do Instituto Nacional de Estatística.

A propósito, referiu que existe crise no voluntariado, e mesmo com pagamento aos trabalhadores bombeiros, há poucas pessoas a quererem essa função, o que se passa em todo o País e não só no interior.

Considera que a ideia de que a transferência de competências para os municípios trará mais serviços para o interior é falácia, porque não há estratégias do Governo Central para que isso aconteça.

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara explicação dos seguintes assuntos:

- 1 - O motivo de ter sido publicada uma notícia no jornal referindo que o Município tem folga orçamental;
- 2 - A publicação no Anuário das Autarquias Locais que demonstra que o Município de Tarouca é o segundo dos vinte e quatro concelhos do distrito de Viseu que tem mais trabalhadores per capita;
- 3 - Como está a funcionar a Associação WineVillages W.V.A.D. - Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias Vinhateiras do Douro.

Solicitou ainda ao Senhor Vice-Presidente que explicasse a polémica que surgiu quanto à sua constituição como arguido, porque não conseguiu perceber a explicação que deu, na qual referiu que não teve nada a ver com o assunto, uma vez que foi um processo iniciado pelo Executivo anterior, ao qual apenas deram seguimento.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que genericamente concorda com o que foi referido pelos anteriores intervenientes acerca do interior, contudo, acredita que a existir regionalização, ela possa vir a ser positiva e uma solução para o País.

Destacou as seguintes atividades realizadas após a última sessão da Assembleia: - a comemoração do Dia dos Direitos das Crianças pela CPCJ; - o Trail do Sino e da Castanha, cujo trajeto passou por paisagens lindíssimas, o qual foi organizado pela Associação Vale do Varosa com o apoio de outras associações do Concelho que se associaram ao evento, o que demonstra o bom ambiente associativo do Concelho; - a comemoração do 45º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca; - o espírito natalício em Tarouca, cujo presépio em movimento traz muita gente a Tarouca, bem como o apoio que se tenta dar ao comércio tradicional local, através de iniciativas que estão a decorrer, nomeadamente, com o concurso de montras e com as entradas gratuitas nas piscinas municipais cobertas e no cinema.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por lamentar o pedido de renúncia ao mandato do membro Carlos Alberto Moura Cabral, porque trouxe sempre engrandecimento e elevação a este órgão, desejando-lhe as maiores felicidades e agradecendo-lhe pelo serviço que prestou à comunidade.

Ao membro Vítor Alexandre Cardoso Ferreira agradeceu o trabalho desenvolvido pela sua Junta de Freguesia na colaboração dada à organização do evento Trail do Sino e da Castanha, que foi um dia extraordinário.

Ao membro Rui Manuel Guedes Raimundo disse que a desertificação do interior foi um tema objeto de reflexão no último Congresso da ANMP, tendo-se verificado que já ninguém acredita nas políticas do Governo para o interior, porque nada tem sido feito para evitar a diminuição da população e por mais esforço que as Autarquias façam nada conseguem.

Ao membro José António Amaro Nunes disse que em dez anos o concelho perdeu 3,7% de pessoas e por isso os resultados referidos no Anuário devem-se com certeza a esse fator.

Esclareceu ainda que não comunicaram ao jornal qualquer informação sobre folga orçamental, por isso, a notícia foi apenas da responsabilidade do jornal em causa, pois este Município apenas informou que saiu do excesso do limite de endividamento, e que já se encontravam abaixo do valor limite.

Passou de seguida a palavra ao **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, que iniciou por esclarecer que o Município já não integra os órgãos sociais da Associação Winevillage W.V.A.D. - Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias Vinhateiras do Douro desde 2014. Referiu que a última reunião da Assembleia-geral daquela Associação se realizou no início do verão, para se tratar de uma candidatura relacionada com as Aldeias Vinhateiras, estando a aguardar-se o resultado, não tendo conhecimento de qualquer outra atividade a registar.

Quanto ao número de habitantes do Concelho, disse que, para a referida diminuição dos 3,7%, inclui a mudança de residência dos nossos emigrantes, por obrigação legal e que sempre foram contabilizados nos censos, por isso, não há um número exato que garanta a comparabilidade, mas se quisermos fazer apenas análise estatística, podemos verificar que pela primeira vez há muitos anos, o Concelho de Tarouca aumentou o número de residentes entre o ano 2017 e 2018.

Em relação à questão de ter sido constituído arguido, explicou que no distrito de Viseu foram constituídos dezoito arguidos e que neste Município foi constituído arguido o Vice-presidente, porque tem o pelouro do turismo, tal como aconteceu em muitos outros municípios. E que, quando a Lusa

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

lhe ligou, ele confirmou que era arguido, ao contrário do que a grande maioria fez. Explicou ainda que este é um processo que foi iniciado em fevereiro de 2013, cujo protocolo foi assinado pelo anterior Executivo, tendo este Executivo apenas dado prosseguimento ao processo, não existindo qualquer assinatura, nem decisão sua no processo. Salientou que não sente qualquer receio nesta matéria, porque é algo para que todos têm de estar preparados quando exercem funções públicas.

O membro José António Amaro Nunes insistiu na necessidade de resposta à sua questão, tendo em conta que gostaria de saber qual foi exatamente a acusação que lhe foi feita, para ter sido constituído arguido.

O Senhor Presidente da Câmara interveio, tendo dito que o Senhor Vice-Presidente não responderá a mais nada sobre este assunto, porque o processo está em segredo de justiça e já foram dadas as explicações suficientes sobre o mesmo.

O membro José António Amaro Nunes insistiu no seu pedido de resposta à questão que colocou, tendo em conta que, como membro deste órgão, julga que tem o direito de ser informado, por isso, não pode concordar com o que acabou de ouvir, pois apenas pretende saber qual a acusação que foi efetivamente feita, e ainda não lhe foi respondido. Esclareceu que esta sua insistência se deve ao facto de o Senhor Vice-Presidente na sua declaração ter feito referência ao Executivo anterior e ao facto de ter sido constituído arguido por ter o pelouro do turismo, e ele próprio ter pertencido ao Executivo anterior e de ter tido também, na altura, o pelouro do turismo.

O Senhor Presidente da Câmara em resposta repetiu que os esclarecimentos que foram dados sobre o assunto foram suficientes, referindo que mesmo perante este órgão existe a obrigação de segredo de justiça.

Passou-se de seguida à discussão da seguinte ordem do dia:

PONTO 1: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ORÇAMENTO MUNICIPAL, E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020

Presentes as seguintes propostas aprovadas pela Câmara Municipal em sua reunião de 31 de outubro de 2019, as quais foram enviadas antecipadamente a todos os membros:

❖ **Grandes Opções do Plano** para o ano dois mil e vinte, prevendo o montante definido de despesa para o próximo ano de € 9.258.100,00 (nove milhões e duzentos e cinquenta e oito mil e cem euros), perfazendo o montante total previsto de € 20.251.500,00 (vinte milhões e duzentos e cinquenta e um mil e quinhentos euros), contendo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipais), prevendo o primeiro um montante total definido de despesas de investimento, para o próximo ano, de € 4.535.200,00 (quatro

milhões e quinhentos e trinta e cinco mil e duzentos euros), perfazendo o montante total previsto de € 8.635.600,00 (oito milhões e seiscentos e trinta e cinco mil e seiscentos euros) e o segundo o montante total definido de despesa, para o próximo ano, de € 4.722.900,00 (quatro milhões e setecentos e vinte e dois mil e novecentos euros), perfazendo o montante total previsto de € 11.615.900,00 (onze milhões e seiscentos e quinze mil e novecentos euros);

❖ Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e vinte, o qual apresenta uma previsão da receita igual à da despesa no montante total de € 18.103.200,00 (dezoito milhões e cento e três mil e duzentos euros), sendo que € 13.000.000,00 (treze milhões de euros), corresponde ao montante das receitas correntes e € 12.111.100,00 (doze milhões e cento e onze mil e cem euros) corresponde ao montante de despesas correntes; e € 5.103.200,00 (cinco milhões e cento e três mil e duzentos euros), correspondente ao montante das receitas de capital e € 5.992.100,00 (cinco milhões e novecentos e noventa e dois mil e cem euros) corresponde ao montante das despesas de capital; e

*Mapa do pessoal para o ano de dois mil e vinte.

Verificou-se que a proposta do Orçamento Municipal é composta pelos seguintes elementos:

*Quadro plurianual de Programação Orçamental;

*Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano, contendo a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09;

*Resumo do Orçamento;

*Mapa resumo das receitas e despesas do Município;

*Orçamento da receita e orçamento da despesa, desagregado segundo a classificação orgânica económica (alínea b) do n.º 1 do citado artigo 46.º);

*Mapa dos encargos anuais a satisfazer com a amortização de empréstimos;

* Equilíbrio orçamental;

* *Mapa das transferências para as Juntas de Freguesia - Delegação de competências;

*Articulado contendo as medidas para orientar a execução orçamental (alínea d) do n.º 1 do citado artigo 46.º);

* Mapa com a informação das entidades participadas pelo Município que são classificadas pelo Instituto Nacional de Estatística como "Serviços Autónomos da Administração Local", às quais foi solicitada a apresentação dos respetivos orçamentos para 2020, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do citado artigo 46.º;

* Mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal,



2019.12.09

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente (alínea c) do nº2 do citado artigo 46º); e

* Identificação e descrição das responsabilidades contingentes;

Verificou-se que a proposta das Grandes Opções do Plano é composta pelos seguintes elementos:

*Resumo das Grandes Opções do Plano, por funções;

*Resumo do Plano Plurianual de Investimentos;

*Resumo do Plano de Atividades Municipal;

*Plano Plurianual de Investimentos; e

*Plano de Atividades Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, considerando a importância para o Concelho dos documentos em discussão, a Mesa decidiu conceder o tempo de dez minutos para a primeira intervenção de qualquer membro sobre o assunto.

Disse ainda que, da análise que fez dos documentos, gostaria de salientar os seguintes aspetos:

- estamos perante o maior orçamento deste mandato;
- a dependência profunda das transferências do Estado aliada à falta de receitas próprias;
- a consolidação da transferência de competências para os Municípios sem a previsibilidade das respetivas receitas;
- a imprevisibilidade, por desconhecimento, das medidas previstas no Orçamento de Estado que podem influenciar o Município;
- o peso substancial na despesa total das despesas com pessoal, verificando-se que as receitas próprias não chegam para fazer face a estas despesas fixas;
- a obrigação de continuarem a cumprir o plano de saneamento financeiro, apesar do Município ter saído do excesso de endividamento, o que lhe permite alguma folga;
- a previsão de investimentos relevantes a realizar no próximo ano, cujo valor é financiado por fundos comunitários.

Concluiu dizendo que entende que estamos perante documentos muito relevantes para o Município, que devem ter a melhor atenção de todos.

De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por agradecer a todos quantos estiveram envolvidos na elaboração dos presentes documentos, designadamente aos trabalhadores do Município, à Mesa da Assembleia, aos líderes dos grupos municipais, aos Senhores Vereadores e aos Senhores Presidentes de Junta.

Referiu que os presentes documentos refletem as ideias e os projetos para o ano de 2020, com os quais pretendem continuar a melhorar a qualidade de vida das gentes do Concelho e, por isso, é que têm como prioridade o ensino, a saúde, a agricultura, a ação social, o turismo, o empreendedorismo e o associativismo.

Quanto ao ensino, disse que sempre foi uma das grandes prioridades do Executivo, porque querem que as crianças e os jovens tenham o maior sucesso, e não haja abandono escolar. Foram, por isso, colocados naquela instituição os assistentes operacionais necessários para prestarem um apoio de qualidade aos alunos. Referiu que a partir de janeiro a transferência de competências na área da educação será concretizada, com exceção dos edifícios, que apenas passarão para o Município depois terem sido requalificados. Explicou ainda que, em novembro findo, teve uma reunião com o Senhor Delegado do Norte da DGESTE, na qual teve a oportunidade de manifestar as suas preocupações com a necessidade de obras nos edifícios da Escola E.B.2/3-S, nomeadamente, com o amianto que ainda existe no telhado e com os problemas de aquecimento do edifício. Disse ainda que, entretanto, o Senhor Delegado da DGESTE visitou a Escola, tendo-se inteirado *in loco* das obras necessárias, inclusive dos problemas de aquecimento. Por isso, acordaram, nesse dia, a substituição da tubagem exterior, disponibilizando o Município a mão-de-obra e o Ministério da Educação ficou de transferir a verba necessária para o efeito, o que terá início em janeiro próximo.

A propósito, deu conhecimento que o Delegado da DGESTE disse que não conhecia nenhum Município que apoiasse tanto o ensino como o de Tarouca, quer em termos de transferências financeiras, quer em termos de recursos humanos e de outros apoios.

No que respeita à saúde, informou que já receberam do Ministério da Saúde o primeiro quadro indicativo do valor das transferências para o Município, contudo, discordaram de alguns dos valores apresentados e, por isso, elaboraram uma contraproposta que se encontra em avaliação. A propósito, esclareceu que, no âmbito das transferências da saúde, passarão apenas para o Município o edifício e os assistentes operacionais.

Em relação ao associativismo, disse que se manterão sempre ao lado das Associações, apoiando-as nas suas atividades, tendo em conta a sua importância para a população do Concelho.

Quanto à agricultura, disse que têm vindo a fazer tudo o que lhes é possível para apoiar o setor, em conjunto com as Juntas de Freguesia, designadamente, no arranjo de regadios e de caminhos, na eletrificação dos mesmos e no escoamento de alguns produtos endógenos.

Relativamente ao empreendedorismo, disse que é um setor extremamente importante para o Concelho, por isso, deram início às obras da Área Empresarial, e foi apresentada uma candidatura aos fundos comunitários, a qual está em análise, esperando que a mesma seja aprovada. Informou ainda que os adquirentes dos lotes pediram a prorrogação de prazo para a



2019.12.09

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

apresentação dos respectivos projetos, cujo limite será o próximo mês de março.

Em relação à área social, disse que foi um tema muito discutido no Congresso da ANMP, porque há cerca de dois milhões de pobres no País e os Autarcas, pela proximidade que têm com as pessoas, preocupam-se muito com esta questão. Explicou ainda que os serviços de ação social do Município estão sempre no terreno, e quando é necessário o Executivo está disponível para resolver os problemas. Salientou ainda alguns dos apoios que são dados, nomeadamente, a oferta dos livros escolares, os transportes escolares gratuitos; transporte de doentes oncológicos para as consultas, o qual nunca negaram a ninguém, devendo ser os únicos no País a fazê-lo, entre outros apoios.

Quanto ao turismo, disse que é com satisfação que têm visto aumentar o número de visitantes ao Concelho, o que se nota pelo número de visitas aos monumentos, mas também pelos restaurantes/hotelaria que estão sempre lotados, o que se deve também à promoção que é feita pelo Município, com o apoio das Juntas de Freguesia e das Associações. Acrescentou que o Concelho deve preparar-se para melhorar ainda mais o serviço de hotelaria e restauração, de forma a oferecer cada vez mais qualidade a quem nos visita.

No que se refere aos investimentos previstos, referiu que têm um conjunto de projetos em andamento, outros em fase de adjudicação e ainda outros em fase de candidatura. Não tendo ficado esquecida a pequena obra que todos os dias vão levando a efeito e que tão importante é para a população.

Concluiu agradecendo a disponibilidade dos Senhores Presidentes de Junta que têm feito um trabalho excelente nas suas freguesias, com a execução de muitas obras por administração direta. Agradeceu ainda a todos os trabalhadores do Município pelo trabalho executado.

Intervenção de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo tendo iniciado por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara a confiança que em si tem depositado, bem como aos Senhores Vereadores, Presidentes de Junta e membros da Comissão Permanente, pela colaboração prestada para a melhoria dos documentos em discussão. Agradeceu ainda a todos os trabalhadores, com ênfase especial para os da Divisão Administrativa e Financeira, que nesta fase têm uma sobrecarga de trabalho.

Explicou que este é um orçamento ambicioso, com o valor total mais elevado desde que tomaram posse, contendo investimentos já iniciados, outros em fase de concurso público e outros candidatados aos fundos comunitários. Contém ainda pequenas obras a executar por administração direta, que resultam do bom trabalho dos trabalhadores deste Município.

Explicou que a sua apresentação se dividirá essencialmente em três pontos essenciais: Conjuntura Económica; Eixos Estratégicos - Atividade e Principais Investimentos e Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Quanto à conjuntura económica, explicou que vê os fundos comunitários como uma janela de oportunidades para o Município, por isso tentam aproveitar todos os avisos abertos, tendo conseguido que mais de 80% dos projetos previstos no orçamento já tenham aprovação comunitária.

Salientou que mantêm um grande foco no turismo, no setor ambiental, na sustentabilidade financeira e na atração de empreendedores, com o objetivo de aumentar a empregabilidade, pois essa é uma função dos investidores, que contribuirá para diminuir a desertificação no Concelho. Referiu a grande preocupação com as alterações climáticas, que entende que tem de ser uma preocupação de todos, estando previstas algumas medidas que visam ajudar nessa área.

Salientou que existe alguma incerteza nos documentos em discussão, por não estar ainda aprovado o Orçamento de Estado e não ter sido definido o envelope financeiro para a descentralização de competências nos Municípios, e também porque se desconhecem as medidas e soluções que vão ser aprovadas para o interior, a que acresce o facto de ter sido fechado o Programa Portugal 2020, não havendo atualmente novos avisos abertos.

Relativamente à situação financeira do Município, salientou a diminuição da dívida total de € 15.029.2086, em 2013, para € 11.224.129,00, em 2019 e a diminuição do excesso de endividamento em mais de seis milhões de euros, desde 2013 até ao corrente ano, o que deixa o Executivo bastante satisfeito.

Prosseguiu referindo que se mantêm os seguintes cinco eixos estratégicos definidos para o Concelho: desenvolvimento económico e sustentável; inclusão e coesão social; educação e formação; cultura, desporto e associativismo; e gestão territorial e municipal.

Ao nível do desenvolvimento económico e sustentável, ressaltou o seguinte: - os benefícios fiscais para a reabilitação urbana, com o objetivo de combater o problema do abandono dos centros históricos; a 2ª fase da reabilitação do morro de Alcáçima; a reabilitação do Parque Ribeirinho de Tarouca e da Escola Primária nº1; e ainda a regeneração das zonas ribeirinhas de Mondim da Beira e da 2ª fase de Ucanha.

Relativamente à mobilidade urbana salientou as seguintes obras: a requalificação de estradas municipais, para as quais já não existem apoios comunitários; a execução dos abrigos de passageiros de transportes coletivos rodoviários municipais; a aquisição e reabilitação de sinalização vertical e horizontal; a construção do ponto de carregamento



2019.12.09

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

de viaturas elétricas; a intervenção nos passeios localizados entre o centro da cidade e o Castanheiro do Ouro e a requalificação das passadeiras; a interface de táxis e a rotunda na EN 226, no Castanheiro do Ouro, que ainda não tem valor definido, porque a sua execução é uma competência das Infraestruturas de Portugal.

Quanto à valorização dos recursos produtivos e endógenos, salientou o seguinte: - a Régiefrutas, como parceiro fundamental no desenvolvimento agrícola do Concelho, ressaltando o grande empenho do Senhor Presidente da Câmara no desenvolvimento desta infraestrutura; as medidas de combate à poupança de água e redução de perdas; a continuação da conservação e criação de caminhos agrícolas, de regadios, açudes e respetiva eletrificação; a limpeza de caminhos florestais e mosaicos e as ações de sensibilização ambiental.

No que concerne à inovação, diferenciação e empreendedorismo, ressaltou a continuação da execução da Área de Acolhimento Empresarial Local; as parcerias com Instituições de Ensino Superior, nomeadamente com a UTAD de Vila Real e com a ESTG de Lamego; o apoio ao empreendedor e as medidas de incentivo e de atração de novos empreendedores.

Quanto ao ambiente, salientou as seguintes iniciativas: - a recolha seletiva porta a porta, que avançará já no próximo ano; a compostagem, com a distribuição de compostores; as campanhas de sensibilização ambiental permanentes; as medidas de eficiência energética; a manutenção das ETAR's propriedade do Município, operacionais e eficazes; e as campanhas de limpeza e reflorestação.

Relativamente ao turismo, paisagem e património, salientou a continuação do caminho da promoção do Concelho; a participação em eventos do setor; a realização de eventos diferenciadores; a criação de percursos pedestres, nomeadamente o caminho dos Monges de S. João de Tarouca até ao Rio Douro e o caminho de Torres - Santiago, o qual a partir de maio será lançado; a continuação das obras no Parque Ribeirinho de Tarouca, na zona ribeirinha do Outeiro de Ucanha e na Alcácima; o Parque de Santa Helena; o restauro do altar e retábulos da Igreja de S. Pedro de Tarouca; a conservação do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas e a sinalética integrada no Douro.

No que se refere à empregabilidade, disse que é o objetivo maior dos eixos estratégicos, tendo salientado: as parcerias com o IEFP; a melhoria de competências e da escolaridade da população; a renovação do Gabinete de Inserção Profissional; e a aposta na formação profissional e na atratividade ao empreendedor.

Prosseguiu referindo-se ao eixo relativo à inclusão e coesão social, salientando que continuarão a apostar nas políticas

sociais de proximidade que garantam a inclusão social; na solidariedade em rede e no apoio às IPSS; nas ações de educação cívica; no apoio à natalidade; nos valores mínimos do IMI; no apoio à educação das crianças e jovens, com a oferta do transporte escolar, refeições escolares e manuais e na melhoria dos acessos aos espaços públicos para pessoas com dificuldades motoras.

Disse que, ao nível da promoção dos hábitos saudáveis, manterão o Programa Tarouca Saudável, através da promoção das atividades físicas ao ar livre, da natação e do apoio às associações desportivas.

No que respeita ao eixo educação e formação, disse que, apesar de haver ainda situações por definir em relação à transferência de competências, continuarão a apostar nas medidas de combate ao abandono escolar; no apoio às famílias nas despesas com a educação; na organização de estágios de verão; na promoção do empreendedorismo e inovação junto da comunidade escolar; na utilização dos espaços escolares fora dos períodos letivos; e na melhoria dos espaços escolares.

No que alude ao eixo da cultura, desporto e associativismo, salientou que continuarão a promover o desporto saudável, mantendo o apoio às diversas atividades desportivas, designadamente as seguintes: andebol, futebol, futsal, ginástica, trail, caminhadas, atividade de dança, Downhill, BTT, Motocross e TT, mantendo-se a aposta na formação desportiva e nos roteiros pedestres e ciclovias e ainda na dinamização das zonas ribeirinhas.

Em relação à juventude, disse que irão premiar as iniciativas empresariais dos jovens tarouquenses; dar apoio financeiro e logístico às associações juvenis; promover a criação de nova plataforma com o cruzamento de dados sobre ofertas de emprego; criar estágios de verão para jovens estudantes e continuar com a promoção dos programas da OTL.

Relativamente ao eixo da gestão territorial e municipal salientou o seguinte: - a execução do cadastro de redes de saneamento e águas; a implementação de medidas para o controle de perdas e infiltrações na rede; a expansão e manutenção das redes de saneamento e águas; e as medidas de racionalização e controle do consumo de água.

No que respeita à segurança e proteção civil ressaltou: - as ações de sensibilização e prevenção; a construção de charcas em pontos estratégicos; a aquisição de um bio triturador; a manutenção e criação de caminhos florestais; o reforço da sinalética vertical e horizontal e a limpeza e reflorestação de mosaicos, tendo manifestado o seu apreço e gratidão aos Bombeiros Voluntários de Tarouca, que têm sido o braço direito do Município na área da proteção civil.

Em termos de finanças, salientou que pretendem continuar a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro; a manter uma política de poupança em despesas correntes; a melhorar o

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

prazo médio de pagamentos a fornecedores; a manter uma política responsável na utilização dos dinheiros públicos; e a implementar medidas de melhoria da tesouraria da autarquia.

Quanto ao equipamento básico e de transporte, disse que pretendem adquirir novas máquinas e viaturas operacionais, apostando em combustíveis ambientais e de maior poupança e ainda reorganizar e reabilitar o Estaleiro Municipal.

Ao nível dos funcionários municipais, disse que pretendem dar continuidade ao plano de formação, ao plano de higiene e segurança no trabalho e à aquisição de equipamentos de proteção individual.

No que respeita à modernização da Autarquia, salientou a apresentação de candidaturas ao Wifi4UE e ao Wifi Público, que já se encontram aprovadas; a aquisição de hardware e de software; e a eficiência energética.

Passou de seguida à apresentação do resumo do orçamento, no qual se verifica que o montante das receitas correntes é de €13.000.000,00 (treze milhões de euros), das despesas correntes é de €12.111.100,00 (doze milhões e cento e onze mil e cem euros), que o montante das receitas de capital é de € 5.103.200,00 (cinco milhões e cento e três mil e cem euros) e das despesas de capital é de € 5.992.100,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil e cem euros), atingindo pela primeira vez o montante total de € 18.103.200,00 (dezoito milhões e cento e três mil e duzentos euros).

Concluiu a sua intervenção afirmando que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento têm como principal objetivo continuar a garantir a inclusão social e a melhorar a qualidade de vida de todos os Tarouquenses, a reduzir as despesas correntes e ainda a aproveitar os fundos comunitários para maximizar a receita, procurando a sustentabilidade social e económica do Município.

Neste momento, o membro António Luís Carrapa Sarmiento ausentou-se da reunião.

Intervieram de seguida os seguintes membros:

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Felicitou o Executivo e os seus técnicos pela elaboração dos documentos em discussão, salientando que, apesar de o planeamento ser sempre uma incerteza, considera que o Executivo está agora mais bem preparado, do que em dois mil e treze, tendo em conta o excesso de endividamento na altura.

Felicitou ainda o Executivo pela saída do excesso de endividamento, o que permite ter uma visão sobre um futuro mais risonho.

Manifestou a sua satisfação com as grandes obras previstas para o Concelho, as quais comportarão elevadas despesas, congratulando-se por estar assegurada a respetiva participação dos fundos comunitários.

No que respeita à educação, julga que o Executivo já vinha a exercer todas as competências que irão ser agora transferidas, pois sempre acompanhou e apoiou o Agrupamento de Escolas.

Quanto à saúde, espera que o Executivo venha a ser um grande parceiro do Serviço Nacional de Saúde, lançando o apelo para que o ajudem a salvar.

Concluiu dando os parabéns ao Executivo e a todos os trabalhadores do Município pelo excelente trabalho que têm vindo a desenvolver.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que não pode deixar de registar que o seu grupo municipal não se revê em alguns dos eixos estratégicos que o Executivo tem vindo a seguir, o que nunca esconderam, contudo, isso não foi impedimento para que nos últimos dois anos tenham votado favoravelmente as Grandes Opções do Plano e os Orçamentos.

Explicou que um dos representantes do Partido Socialista na Câmara Municipal absteve-se na votação destes documentos, por entender que há falta de concretização, ou pelo menos de esclarecimento de algumas das ações que estão perspectivadas.

Disse que, com o objetivo de decidirem o sentido de voto nos documentos, gostariam que lhes fossem prestados alguns esclarecimentos. Iniciou por referir o eixo da reabilitação urbana, o qual entende que é fundamental para o desenvolvimento do Concelho e a fixação de pessoas, tendo solicitado que expliquem quais serão os incentivos locais do Município para fomentar a efetiva reabilitação urbana, uma vez que entende que os que foram referidos são incentivos nacionais. Quanto ao eixo do empreendedorismo, solicitou também que informassem quais os incentivos locais para a sua promoção, assim como da empregabilidade. Em relação à mobilidade urbana, disse que há muitas vias no Concelho num estado de degradação avançado, tendo perguntado o que será feito em concreto nessa área.

Concluiu perguntando se a rotunda do Castanheiro do Ouro vai existir, se o projeto já está aprovado e por quem será financiada.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Iniciou por dar os parabéns pela apresentação dos documentos, a qual foi feita com muita clareza, para que todos ficassem devidamente esclarecidos.

A propósito da anterior intervenção, lembrou que uma das críticas que era feita anteriormente ao Executivo era de que apenas previam a execução de pequenas obras. Contudo, o Executivo manteve sempre a mesma filosofia, de que só avançaria para a execução de grandes obras, quando as mesmas tivessem financiamento comunitário. Por isso, em vésperas de eleições não tinham obras para apresentar, e agora que estão longe de eleições, aparecem essas grandes obras, porque tiveram as suas candidaturas aprovadas. Salientou que mesmo

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

assim não foram descuradas as pequenas obras, que são fundamentais para os munícipes, com o que se congratulou. Manifestou o seu regozijo pelo reconhecimento do Delegado da DGESTE de que não encontra nenhum Município que apoie tanto a educação como o nosso.

Referiu que esteve presente na comemoração do aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tarouca, e ficou feliz por ter verificado pelos discursos das altas patentes que Tarouca, ao nível da proteção civil, também continua a ser uma referência no País pelo apoio que o Executivo dá aos bombeiros.

No que se refere ao empreendedorismo, salientou o empenhamento do Senhor Presidente da Câmara na divulgação e escoamento dos produtos endógenos, criando grandes oportunidades.

Salientou a estratégia que tem sido implementada em relação ao turismo, com o apoio das associações.

Em relação à agricultura, referiu que o Executivo para além de tudo o que tem vindo a fazer na Régiefrutas, tem reestruturado quilómetros de regadios, que são fundamentais para os agricultores. Considera que o próprio parque ribeirinho irá também ajudar na reestruturação de todos os regadios que ali iniciam, entre outros apoios.

Prosseguiu referindo que no Congresso da ANMP, teve a oportunidade de verificar a preocupação dos diversos Municípios com o setor social, por saberem que está totalmente estrangulado, e que em breve trará problemas a todos. Deu o exemplo do aumento do salário mínimo, sem que a contrapartida do Estado aumentasse, o que ajudou a tornar insustentáveis as IPSS's, entre outras situações.

Concluiu, lançando ao Senhor Presidente da Assembleia o desafio de trazer o tema social para discussão numa futura sessão, como tema especial.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por agradecer as palavras que lhes foram dirigidas.

Em resposta ao membro José António Amaro Nunes explicou que mais de 80% dos investimentos já estão aprovados e mapeados e por isso acredita que terão uma maior execução em termos de números, porque há mais certezas do que houve em qualquer altura. Salientou, a propósito, que o Município de Tarouca é um dos Municípios com maior percentagem de execução dos fundos comunitários.

No que respeita aos incentivos à reabilitação urbana, explicou que o IMI e o IMT são impostos que revertem para o Município e, por isso, quando aprovam taxas mais baixas,

isenções ou deduções, estão a dar algo que pertencia à Autarquia, ou seja, são claramente incentivos locais.

Quanto aos incentivos locais aos empreendedores, explicou que o apoio que é dado é mais um apoio técnico diferenciado e de aconselhamento sobre oportunidades que surgem de candidaturas aos fundos comunitários

Em relação à pavimentação de vias de comunicação, disse que é a primeira vez que apresentam um orçamento com mais quilómetros de pavimentação prevista, estando claramente designadas as diversas prioridades nesse âmbito.

Concluiu dizendo que gostariam de dar mais incentivos aos empreendedores, aos estudantes do ensino superior com bolsas de estudo, etc., mas os recursos do Município são limitados e o grande objetivo continua a ser o de baixar o endividamento.

Intervenção de seguida o Senhor Presidente da Câmara, tendo explicado ao membro José António Amaro Nunes, que a incerteza das transferências não é da parte do Município, mas do Governo central.

Quanto à rotunda no Castanheiro do Ouro, explicou que foi enviado o respetivo orçamento às Infraestruturas de Portugal, que aprovaram a obra, tendo informado que não a participam, por isso terá de ser o Município a executá-la. Explicou que é uma obra que ficará muito dispendiosa, mesmo se fosse executada por administração direta, por isso não consegue garantir a sua execução no corrente ano, apesar de também gostar muito que isso acontecesse.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo, no que respeita ao setor social, disse que é um tema que a todos preocupa, estando já a dar conta de algumas dificuldades nas IPSS's do Concelho, por isso, dentro das possibilidades do Município prestarão o apoio necessário. Espera que o Poder Central acorde para esta situação, pois foram vários os Presidentes da Câmara a falarem sobre o assunto, no Congresso da ANMP.

Intervieram novamente os seguintes membros:

- **José António Amaro Nunes** - Informou que o seu pedido de esclarecimento apenas teve como objetivo clarificar o que para ele não resultou claro quando leu o relatório, nomeadamente, em relação à questão das imprevisibilidades, contudo, uma vez que lhe foi informado que cerca de 80% dos projetos candidatados são participados, considera que isso já é uma garantia. Acrescentou que em relação às restantes dúvidas que apresentou também ficou esclarecido. Expressou a sua concordância relativamente às preocupações manifestadas em relação ao setor social, referindo que também gostaria de participar numa sessão em que se discutisse esse assunto, pois, pelas funções que desempenha, sabe bem a importância deste setor para o apoio à população, o qual não tem a devida compensação do Estado, ficando por isso a depender muito do apoio dos Municípios.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Explicou que na sua intervenção anterior fez uma comparação entre a crítica que se fez antes das eleições e o que atualmente se diz, congratulando-se pela posição que o Executivo teve, por não se ter deixado envolver pelas referidas críticas e apresentando agora projetos importantes que já há vinte anos eram pedidos para Tarouca.

Neste momento, o membro Liliana Matias Soares ausentou-se da reunião.

Interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara, tendo esclarecido que respeita sempre os pedidos de informação de qualquer membro, o que não deve ser nunca colocado em dúvida.

Terminada a discussão deste assunto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o seguinte:

- a) o Orçamento Municipal para o ano de dois mil e vinte e respetivos anexos;
- b) as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e respetivos anexos;
- c) o mapa de pessoal para o ano de dois mil e vinte;
- d) as seguintes medidas para orientar a execução orçamental em 2020, constantes do articulado suprarreferido:

"ARTICULADO CONTENDO AS MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A Lei n° 73/2013, de 03.09, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, fixa no capítulo IV as regras orçamentais, que incluem um novo calendário orçamental e a definição dos elementos do orçamento.

No artigo 46° daquele diploma prevê-se que o orçamento municipal inclui, entre outros, o articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

Assim, nos termos da alínea d) do n°1 do artigo 46° da Lei n°73/2013, de 03.09, a Assembleia Municipal aprova, sob proposta da Câmara Municipal de **31.10.2019**, o seguinte:

Artigo 1°

(Objeto)

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n° 1 do artigo 46° da Lei n° 73/2013, de 03.09, são aprovadas as medidas para orientar a execução orçamental o ano **2020**, as quais fazem parte integrante do orçamento municipal.

Artigo 2°

(Saneamento financeiro)

A execução orçamental deve dar cumprimento ao plano de saneamento financeiro em curso, aprovado pelos órgãos municipais em 2017, com as adaptações necessárias, nomeadamente as decorrentes de:

- a) alterações legislativas supervenientes que devam prevalecer sobre o mesmo;

b) implementação de novas e ou complementares medidas de maximização da receita e de contenção da despesa corrente;
c) acesso aos fundos comunitários para novos investimentos municipais, desde que não impliquem prejuízo para o cumprimento dos objetivos de redução da dívida total aprovados.

Artigo 3º

(Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação)

1.A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06 e para efeitos de aplicação da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02 (LCPA), por razões de simplificação e celeridade processual, dá autorização prévia genérica à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, desde que:

a) respeitem a projetos ou ações previstas nas Grandes Opções do Plano;

b) o montante máximo da despesa em cada um dos anos económicos respeite os valores ali previstos.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 4º

(Delegação de competência no Presidente da Câmara)

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 6º da LCPA, delega no Presidente da Câmara Municipal a competência para assumir compromissos plurianuais, nos casos em que o respetivo valor seja inferior a € 99 759,58, desde que respeitem o disposto no artigo 3º e o prazo máximo de execução seja de três anos ou de cinco anos, nos casos de locação financeira.

Artigo 5º

(Atualização da tabela de taxas municipais)

Ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29.12, a Tabela de Taxas Municipais, publicada no Diário da República, 2ª série, nº135, de 14.07.2010, é atualizada, em 2020, em 1,2%, de acordo com a projeção da taxa de inflação do Banco Portugal para o próximo ano.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****Artigo 6º****(Autorização genérica com limites à concessão de isenções e reduções fiscais)**

1. Para efeitos do disposto no nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 03.09, é autorizada a concessão de isenções e reduções de taxas municipais, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Municipais, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 135, de 14.07.2010, até aos seguintes montantes:

a) Serviços, atividades e licenciamentos diversos: € 2 000;

b) Edificação e urbanização: € 12 500,00;

c) Utilização, aproveitamento e ocupação de espaços e bens do domínio público e privado municipal: € 40 000,00.

2. Os montantes fixados no número anterior resultam do cálculo efetuado pelos serviços municipais, com base nas isenções e reduções concedidas em 2019 e nas previstas para 2020.

3. A atribuição das isenções e reduções fiscais deve ser precedida de prévio enquadramento nas normas do regulamento municipal e visam:

a) incentivar a fixação de famílias no concelho, em especial nas zonas históricas;

b) apoiar as famílias com menores recursos financeiros;

b) incentivar a fixação de empresas e os pequenos produtores agrícolas;

c) incentivar a prática desportiva e a utilização dos equipamentos de utilização coletiva existentes, por municípios de todos os escalões etários;

d) incentivar a realização de eventos culturais, desportivos ou outros, com interesse para a população local e que contribuam para a dinamização e divulgação das potencialidades do concelho;

e) apoiar instituições particulares de solidariedade social e outras entidades, na realização de atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva, com interesse para a população local.

Artigo 6º**(Administração direta)**

Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 18º do Decreto-lei nº 197/99, de 08.06 é autorizada a execução por administração direta de obras constantes do Plano Plurianual de Investimentos para 2020, até ao valor de € 250 000,00, por cada uma.

Artigo 7º**(Taxa Municipal de Direitos de Passagem)**

É aprovada a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10.02, alterada pela Lei nº 82-B/2014, de 31.12 e pela Lei nº 127/2015, de 03.09, para

vigorar em 2020, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Artigo 8º

(Implementação da norma de controlo interno)

Os serviços municipais procedem, em 2020, à implementação do regulamento do controlo interno."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e cinquenta minutos foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas e cinco minutos, com a presença de todos os membros, com exceção dos membros António Luís Carrapa Sarmiento e Liliana Matias Soares.

Passou-se de imediato à discussão do ponto dois da ordem do dia.

O membro Carlos Alberto Santos Assunção Teixeira, por impedimento legal, retirou-se da reunião para a discussão deste assunto.

PONTO 2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2020 (Nº 2 DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 03.09)

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de 2020, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria (nº 2 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 03.09), até ao montante de € 400.000,00, aprovado em reunião da Câmara Municipal de 28 de novembro de 2019, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, das propostas recebidas e da informação da Divisão Administrativa e Financeira, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2020, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, APENAS PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA

PROPOSTA

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano, podendo a respetiva aprovação ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento (nº 2 do artigo 49º e nº 2 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 03.09).



2019.12.09

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O pedido de autorização é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (nº5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Ao abrigo das citadas disposições legais, foi solicitada a apresentação de propostas para o ano 2020, a três instituições bancárias, tendo sido recebidas duas respostas. Analisada as mesmas, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 25 de novembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida e com fundamento na mesma,

proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, **delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com sede em Lisboa, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2020, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro nominal variável indexada à "Euribor a 12 meses", base 360 dias, média aritmética simples das cotações diárias do indexante no mês anterior ao mês do início do período de contagem de juros, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida do spread de 0,6%, sendo que na determinação da taxa de juro contratual, a taxa de juro nominal ficará limitada ao valor mínimo de 0,6%, e nas demais condições constantes da sua proposta.**

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09: de acordo com o nº1 do artigo 50º do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de 2020 e, por consequência, não gera aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Junta-se em anexo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Anexos:

1. 2 propostas recebidas (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, CRL e Caixa Geral de Depósitos, S.A.);
2. cópia dos ofícios convite enviados a três entidades bancárias;
3. informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
4. mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município para 2020.

Paços do Município, 25 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que este empréstimo se destina a ocorrer a dificuldades de tesouraria, tal como tem vindo a ser habitual. Informou ainda que a Caixa Geral de Depósitos nunca respondeu ao pedido de propostas e este ano respondeu com a apresentação de uma taxa de spread de metade do valor habitual, o que foi muito bom.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com sede em Lisboa, de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2020, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro nominal variável indexada à "Euribor a 12 meses", base 360 dias, média aritmética simples das cotações diárias do indexante no mês anterior ao mês do início do período de contagem de juros, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida do spread de 0,6%, sendo que na determinação da taxa de juro contratual, a taxa de juro nominal ficará limitada ao valor mínimo de 0,6%, e nas demais condições constantes da sua proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Terminada a discussão deste assunto, o membro Carlos Alberto Santos Assunção Teixeira regressou à reunião.

Nesta altura, o membro Liliana Matias Soares também regressou à reunião.

PONTO 3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2019 A LIQUIDAR EM 2020, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO

Presente a proposta de fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020, e a respetiva redução a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, a qual foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de 28 de novembro de 2019, e enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2019

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****A LIQUIDAR EM 2020, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO**

(alínea d) do n° 1 do artigo 25° e alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09 e n° 5 do artigo 112° e n°s 1 e 2 do artigo 112°-A do CIMI)

PROPOSTA

A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n° 1 do artigo 112° do respetivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n° 287/2003, de 12.11, as taxas são as seguintes:

- . prédios rústicos: 0,8%;
- . prédios urbanos: de 0,3% a 0,45%.

(redação atual do n° 1 do artigo 112°, dada pela Lei n° 7-A/2016, de 30 de março).

Por outro lado, a referida Lei n° 7-A/2016, de 30.03 aditou ao Código o IMI o artigo 112°-A, que prevê no n°1 a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixarem uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

Assim, considerando que:

1. Em 2012, foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que teve como consequência o aumento generalizado do valor patrimonial dos prédios urbanos.
2. Impõe-se aos municípios do interior, como é o caso de Tarouca, a criação de condições para fixar famílias e empresas, através da aplicação de medidas que se traduzam numa vantagem competitiva em relação aos municípios do litoral.
3. As razões de justiça, equidade e de incentivo subjacentes à decisão, tomada em anos anteriores, de manter a taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos.
4. A redução da taxa de IMI incidente sobre prédios urbanos, atendendo ao número de dependentes a cargo do sujeito passivo do imposto, referente a imóvel destinado a habitação própria e permanente, não tem impacto significativo nas contas do Município.
5. Pelo contrário, esta medida apresenta efeitos positivos no rendimento disponível de cada família, em especial daquelas com maior número de dependentes, contribuindo para a fixação de novos agregados familiares no concelho e constituindo um importante incentivo à natalidade,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma, decida o seguinte:

a) nos termos do n°5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020: 0,3%.

b) nos termos dos n°s 1 e 2 do artigo 112°-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n° 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Paços do Município, 25 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

Valdemar de Carvalho Pereira

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a proposta do Executivo é a de aplicação da taxa mínima e a da maior redução atendendo ao número de dependentes.

Interveio de seguida o membro Rui Fernando Guedes Raimundo tendo salientado o esforço do Município para manter a taxa no mínimo, com as dificuldades financeiras que tem enfrentado.

Disse ainda que o Governo decidiu alterar o limite do pagamento das prestações do IMI o que representou mais uma dificuldade para os Municípios, porque receberam o montante mais tarde. Salientou ainda o facto de o Estado cobrar mais um imposto sobre este.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

a) **Fixar** a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020: 0,3%.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

b) Fixar a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, A ARRECADAR EM 2021, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2020

Presente a proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em dois mil e vinte e um, referente aos rendimentos de dois mil e vinte, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 31 de outubro de 2019, a qual foi enviada a todos os membros antecipadamente, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, A ARRECADAR EM 2021, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2020

PROPOSTA

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.

Essa participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitem os rendimentos (n.º 2 do citado artigo 26.º).

A ausência da referida comunicação, ou a comunicação para além da referida data, equivalem à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável no IRS por parte dos municípios.

Assim, considerando que:

- em 2019, o Município de Tarouca receberá o montante de € 135.929,00, correspondente a 5% de participação variável no IRS que incidiu sobre os rendimentos de 2018 (deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, 0,25% do montante a transferir), sendo que o montante total da participação a transferir para os municípios é de € 493.754.692;

- está em curso o plano de saneamento financeiro, aprovado pelos órgãos municipais no ano de 2017, que substitui o anterior plano, em vigor desde 2010, que impõe a adoção de medidas de maximização da receita, continuando, por isso, a ser inviável a redução da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, referente a rendimentos do ano 2020,

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 25º do citado diploma e para efeitos do disposto no nº2 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 03.09, **fixe em 5% a participação variável, pretendida por este Município, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área da respetiva circunscrição territorial, incidente sobre os respetivos rendimentos de 2020 e a arrecadar em 2021.**

Tarouca, 8 de outubro de 2019.

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que se mantém a proposta de fixação em 5% da participação, porque o plano de saneamento financeiro assim o obriga.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar, no uso da competência prevista na alínea c) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, fixar em 5% (cinco por cento) a participação variável, pretendida por este Município, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área da respetiva circunscrição territorial, incidente sobre os respetivos rendimentos de 2020 e a arrecadar em 2021, pretendida por este município, para efeitos do disposto no artigo vinte e seis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL INERENTE AO CONTRATO A

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****CELEBRAR NA SEQUÊNCIA DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR TECNOLOGIA LED NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TAROUCA"**

Presente o pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência de abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no Concelho de Tarouca", o qual foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de 28 de novembro de 2019, foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

"EMPREITADA DE "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no Concelho de Tarouca"**AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL****PROPOSTA**

No âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, foi aceite a candidatura ao aviso n° Norte-03-2017-42 (Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local) da operação denominada "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação Pública no Concelho de Tarouca".

O valor do respetivo orçamento é de 443.785,00 €, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

A adjudicação da empreitada será precedida de concurso público, prevendo-se que a consignação da obra ocorra a partir do mês de dezembro de 2019.

No entanto, a maior parcela do encargo a assumir será repartida pelo ano 2020.

De acordo com o previsto no n° 1 do artigo 22° do Decreto-Lei n° 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.° 1 do artigo 6.° da Lei n.° 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar.

Assim,

PROPONHO a V.Exa que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação Pública no Concelho de Tarouca"**, de acordo com o previsto no n° 1 do artigo 22° do Decreto-Lei n° 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas

públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de **443 785 €**, a que acresce o IVA à taxa de 6%, **perfazendo o montante total de 470 413 €**.

Tarouca, 25.11.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que este processo demorou mais do que o previsto, por isso a apresentação deste pedido de autorização.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação Pública no Concelho de Tarouca", de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de 443 785 €, a que acresce o IVA à taxa de 6%, perfazendo o montante total de 470 413 €.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL INERENTE À REPROGRAMAÇÃO DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DE TAROUCA, NO ÂMBITO DOS PLANOS DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)"

Presente o pedido de autorização para assunção do compromisso plurianual inerente à reprogramação do contrato de adjudicação da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)", o qual foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de 28 de novembro de 2019, foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

**"EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DE TAROUCA, NO ÂMBITO DOS PLANOS DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)"
REPROGRAMAÇÃO DO INVESTIMENTO E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL**

PROPOSTA

A empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos planos de ação de regeneração urbana (PARU)"



2019.12.09

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encontra-se em execução, com financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (operação com o código NORTE-04-2316-FEDER-000101).

O respetivo termo estava previsto para o corrente ano. No entanto, devido às más condições climatéricas que não permitiam que os trabalhos se executassem nas melhores condições de segurança, verificou-se a necessidade de suspender os trabalhos e de prorrogar o prazo de execução da empreitada, com a consequente alteração do respetivo cronograma financeiro, repartindo o encargo pelo ano 2020.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual inerente à reprogramação da execução física e financeira do referido contrato.

Assim,

PROPONHO a V.Exa que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente à reprogramação do contrato de adjudicação da empreitada de "Construção do parque ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos planos de ação de regeneração urbana (PARU)",** de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano **2020**, que se estimam no montante máximo de 290 000 €, que inclui o IVA à taxa de 6%, **perfazendo o montante total de 307 400 €.**

Tarouca, 25.11.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que pretendiam concluir a obra no ano corrente, mas as condições atmosféricas não o permitiram e, por isso, tem de ser prolongada para o próximo ano.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção do compromisso plurianual inerente à reprogramação do contrato de adjudicação da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)", de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho

(regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de 290 000 €, que inclui o IVA à taxa de 6%, perfazendo o montante total de 307 400 €.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019

Presente a proposta de 4ª revisão ao orçamento e ao plano de atividades municipais, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 28 de novembro de 2019, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019

PROPOSTA

A elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2019 foi efetuada com base nas regras previsionais aplicáveis, no plano dos investimentos a realizar e nos financiamentos a obter.

Posteriormente, veio a verificar-se que algumas das candidaturas de projetos aos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020 e a outros apoios da Administração Central ainda aguardam aprovação ou a respetiva contratação teve início em data posterior à prevista, o que determinou a dilação para 2020 da execução dos principais investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano e a não arrecadação da respetiva receita.

Neste contexto, as taxas de execução da receita e da despesa ficarão abaixo do previsto - inviabilizando o cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 56º da Lei n.º 73/2013, de 03.09 (85% de taxa de execução da receita prevista no orçamento) - impondo-se, por isso, proceder ao ajustamento dos documentos previsionais de 2019 de modo a que as dotações previstas se aproximem o mais possível dos valores efetivamente a realizar.

Assim, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de 2019, cujos mapas se anexam:

- * 4ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta diminuições no montante de € 2 185 770;

- * 4ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta diminuições no montante de € 2 185 770;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

* 4ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação negativa no montante de € 1 554 981,89, no corrente ano, e uma variação positiva no montante de € 671 000,00 no ano de 2020;

*4ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta uma variação negativa no montante de € 378 428,90, no corrente ano.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental. (ver anexo)

Paços do Município, 27.11.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que esta revisão é necessária por causa dos dois pontos da ordem do dia anteriores e também pela imposição legal que existe e que obriga os Municípios a chegarem aos 85% de taxa de execução. Contudo, mesmo com esta revisão isso não vai ser possível, por causa das dificuldades de tesouraria do Município.

Intervieram os seguintes membros:

- **José António Amaro Nunes** - Perguntou se esta revisão, sendo já a quarta, não deve ser considerada como uma questão de falha de planeamento ou de previsibilidade.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que entende que existe uma grande falta de respeito do Governo Central pelo Poder Local, tendo dado novamente o exemplo do IMI.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, em resposta ao membro José António Amaro Nunes, explicou que as três anteriores revisões surgiram porque houve fundos comunitários que não estavam previstos, por não haver avisos abertos aquando da aprovação do orçamento, mas que quiseram aproveitar, e que esta decorre de uma obrigação legal, que entende que é impossível de cumprir para os municípios com dificuldades de tesouraria ou com empréstimos.

Explicou ainda que, neste momento, os avisos dos fundos comunitários ainda não abriram, e que, em 2020, se abrirem, terão de fazer revisões, ou então ver-se-ão impedidos de poderem apresentar candidaturas

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a revisão dos documentos previsionais de **2019**, que a seguir se identificam:

* 4ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta diminuições no montante de € 2 185 770;

* 4ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta diminuições no montante de € 2 185 770;

* 4ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação negativa no montante de € 1 554 981,89, no corrente ano, e uma variação positiva no montante de € 671 000,00 no ano de 2020;

*4ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta uma variação negativa no montante de € 378 428,90, no corrente ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8. DESIGNAÇÃO DE 4 PESSOAS DE ENTRE CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAREM A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DE TAROUCA

Presente o ofício nº 82, de 08.11.2019, remetido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, informando que os atuais representantes designados por este órgão já terminaram o seu mandato, solicitando a designação de quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que os membros anteriormente designados, foram os seguintes: - Adriano Filipe Assis; - José Manuel Andrade de Oliveira; - Ricardo Jorge Rebelo Fonseca; - Anabela Sousa Campos Santos Carvalho, mas como o membro José Manuel Andrade de Oliveira passou a residir fora do Concelho, a Mesa da Assembleia propõe manter os três anteriores elementos e substituir o referido membro pelo cidadão Guilherme Nuno Sarmento Gouveia de Assunção.

Interveio o membro José Antonio Amaro Nunes tendo perguntado ao Senhor Presidente da Assembleia se o elemento Guilherme Nuno Sarmento Gouveia de Assunção ainda era secretário da CPCJ e se, em caso afirmativo, entende que é eticamente correto fazer parte de um órgão com poderes deliberativos, sendo ao mesmo tempo secretário.

O Senhor Presidente da Assembleia confirmou que o elemento em causa continua a secretariar a CPCJ, mas que não foram vislumbradas quaisquer situações suscetíveis de colocar em causa a legalidade da sua indicação por este órgão.

Não tendo sido apresentadas outras propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, da proposta apresentada, a qual foi denominada de Lista A, tendo sido obtida a seguinte votação:

- Dezasseis votos a favor;
- Um voto contra;
- Um voto em branco.

Foram assim designados os seguintes cidadãos para integrarem a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca:



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Adriano Filipe Assis;
- Ricardo Jorge Rebelo Fonseca;
- Anabela Sousa Campos Santos Carvalho;
- Guilherme Nuno Sarmento Gouveia de Assunção.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AO CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 15.12.2017, SOBRE OS APOIOS CONCEDIDOS ÀS FREGUESIAS, NO QUADRO DE PROMOÇÃO E SALVAGUARDA ARTICULADA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS POPULAÇÕES - PERÍODO 1/01/2019 A 25/11/2019

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de 28 de novembro de 2019, respeitante ao cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de 15.12.2017, sobre os apoios concedidos às Freguesias, no quadro de promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações - período 1/01/2019 a 26/11/2019, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"Informação no cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de 15.12.2017, sobre os apoios concedidos às Freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do n° 1 do artigo 25° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12 de setembro:

Período de 01.01.2019 a 25.11.2019

❖ **Freguesia de Mondim da Beira**

1. Total: € 2.663,57

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Praia Fluvial de Mondim da Beira.

2. Total: €1.299,99

Finalidade: Apoio em espécie (máquina de lavar louça industrial)

❖ **Freguesia de Salzedas**

Total: € 5.062,60

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o edifício da Antiga Casa do Povo.

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Gouviães e Ucanha**

1. Total: €330,46

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para Casa Memória José Leite Vasconcelos - Ucanha;

2. Total: €873,33

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para Casa Paroquial de Ucanha

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira**

Total: € 10.628,55

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

1. Total: € 10.434,84

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

2. Total: € 673,01

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para os tanques públicos em Valverde - Tarouca.

3. Total: € 44,08

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o Edifício da Junta de Freguesia em Dálvares.

4. Total: € 470,91

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o regadio de santiago em Arguedeira - Tarouca.

❖ **Freguesia de Várzea da Serra**

Total: € 1.988,30

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o Centro Recreativo.

Tarouca, 26 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Interveio o membro Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo tendo aproveitado este ponto para agradecer ao Executivo todo o apoio e empenho que deu ao longo do corrente ano para a execução de obras na sua freguesia

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras que dirigiu ao Executivo.

Não tendo havido outras intervenções, foi apreciada e tomado conhecimento da presente informação.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AOS COMPROMISSOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO PERÍODO DE 18/09/2019 A 26/11/2019

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de vinte e nove de novembro corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, reportada ao período de 18/09/2019 a 26/11/2019, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 18.09.2019 a 26.11.2019

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2018, aquando da

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2019, junto se anexa a respetiva lista, até 26.11.2019, cujos valores totais a seguir se indicam:

Período de 18.09.2019 a 26.11.2019		
Ano	Valor do Período	Valor acumulado desde 01.01.2019
2020	150 081,12 €	663 043,70 €
2021	64 075,72 €	270 977,36 €
2022	40 881,84 €	192 630,60 €
2023	12 180,73 €	132 721,98 €
2024	12 315,38 €	130 483,43 €
2025 e seguintes	184 448,07 €	1 996 631,71 €
TOTAL	463 982,86 €	3 386 488,78 €

Paços do Município, 26.11.2019

O Presidente da Câmara,
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Não tendo havido intervenções, foi tomado conhecimento da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 18.09.2019 a 26.11.2019. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09) a qual será arquivada sob o número vinte e nove, do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

Intervieram os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Aproveitou para reforçar a qualidade dos trabalhadores do Município, tendo dado como exemplo o trabalho feito na recuperação da Igreja de Granja Nova, que foi excelente. Agradeceu ainda todo o apoio do Executivo dado aquela obra, ficando apenas a faltar o chão.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Salientou as seguintes obras feitas por administração direta:

- Construção da Casa Mortuária de Valverde, que a todos deve encher de orgulho;

- Recuperação da Escola de Gondomar, obra executada com a parceria do Município, da Junta de Freguesia e da Associação de Gondomar;

- Caminho de Ansoeiro, em Gondomar, para cuja conclusão falta apenas a última fase e que é uma obra importante e estruturante para a povoação de Gondomar.

Intervio de seguida o Senhor Presidente da Câmara, tendo dito em resposta ao membro Vitor Alexandre Cardoso Ferreira que o Município cedeu a mão de obra para a recuperação da Igreja de Granja Nova e que um privado, a Dra. Rosália da Porto Editora, pagou os materiais, a quem dirigiu por isso o seu reconhecimento e agradecimento.

Disse ainda que o membro Rui Fernando Guedes Raimundo referiu importantes obras que têm vindo a ser executadas por fases porque têm mais seis freguesias para apoiar.

Intervieram os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Associou-se ao reconhecimento à Dra. Rosália, que tem um grande respeito pelas origens do marido, e que por isso se mostra sempre disponível para colaborar.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Desejou um Bom Natal a todos os presentes.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

O Senhor Presidente da Câmara desejou a todos os presentes e suas famílias um Santo e Feliz Natal e um ano de 2020 com felicidade, saúde e sucesso pessoal e profissional.

O Senhor Presidente da Assembleia desejou a todos um Santo e Feliz Natal e que 2020 seja um ano de sucesso, com muita saúde e trabalho em prol do desenvolvimento de Tarouca.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Inc. Maria Guara Braga*, Técnica Superior, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,